

**ASPECTOS GRAFEMÁTICOS E CULTURAIS
EM MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX
CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO
DE CORPORA CONTRASTIVOS DO PORTUGUÊS**

Afrânio Gonçalves Barbosa (UFRJ)

Círia da Silva Lima (UFRJ)

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre os aspectos grafemáticos e culturais da escrita do em português no Brasil do século XIX. Nessa fase inicial, busca-se a delimitação de peculiaridades grafemáticas que possam identificar variantes reveladoras de matizes sociolingüísticos daquela época, exatamente por isso variantes denominadas *substantivas*. Numa etapa posterior, lançando mão de *corpora* do Português escrito na Europa, será possível promover a comparação entre modalidades nacionais da língua portuguesa. A partir desse confronto, poderemos avaliar a constituição do hoje denominado Português Brasileiro. Veja-se que somente se saberá a história da divergência hoje tão acirrada entre as modalidades nacionais portuguesa e brasileira se forem identificadas as marcas lingüísticas que o Brasil conserva do português para cá transplantado século a século, bem como o que nele tenha sido inovado.

Palavras-chave: grafema, manuscrito e brasileiro.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para promover tal investigação, tornou-se imprescindível construir *corpora* que demonstrem, com fidedignidade, dados representativos do Português oitocentista brasileiro. Sabe-se que, no entanto, esses materiais não são facilmente encontrados; impõe-se, portanto, como uma etapa primária da pesquisa: a busca de critérios de construção de *corpora* contrastivos do Português oriunda na descrição dos milhares de papéis guardados nos acervos públicos e privados. Não se trata de, simplesmente, reunir escritos de uma dada época e, a partir dos dados levantados deles, tecer generalizações sobre o período, mas sim buscar categorizar esses materiais a partir do contexto de escritura e das marcas lingüísticas neles verificadas.

O levantamento de *corpora* seguido de sua transcrição, digitação e edição segue as propostas gerais do Projeto Nacional Integrado Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Um princípio fundamental de nossa equipe é o de manter todas as características grafemáticas e formais da escrita. Antes de abordarmos algumas

questões gerais, antes também de lidarmos com exemplos específicos em duas cartas pesquisadas e selecionadas para este estudo, vale apresentar, brevemente, o Projeto Nacional PHPB.

Na página www.lettras.ufrj.br/phpb-rj, lemos que o “Projeto Nacional Integrado Para a história do português brasileiro resultou da articulação entre vários projetos individuais e coletivos, promovida pelo I Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Abril de 1997, pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)”. Em 1998, na Faculdade de Letras, integrando-se à proposta de trabalho lançada no Seminário, já referido, foi organizado o Projeto Para uma História do Português brasileiro - equipe Rio de Janeiro (PHPB - Rio), dentro do qual se inclui o subprojeto, para o qual efetivamente trabalhamos: *Da História social à Tipologia de Manuscritos Coloniais: Aspectos Morfossintáticos e grafemáticos do Português do século XVII ao XIX*.

Dentre os importantes objetivos deste estudo, já referidos, está o principal: a delimitação dos aspectos grafemáticos do português no Brasil do século XIX e sua relação com os aspectos culturais desta mesma época. Para tal, são necessárias quatro etapas: seleção, transcrição, edição e análise de manuscritos.

METODOLOGIA

O primeiro passo foi delimitar quais seriam os documentos estudados: 1) se literários ou não-literários; 2) se públicos ou particulares; 3) se materiais escritos por profissionais da escrita, por redatores em grau intermediário de aquisição da escrita alfabética ou por redatores pouco hábeis, em grau mínimo de letramento; 4) se o documento como produto finalizado ou em etapa intermediária de criação (rascunhos, primeiras versões ou cópias com variantes substantivas datadas anteriormente à expedição). É evidente que, como se pretende identificar características lingüísticas da época em questão, devem ser examinados em profundidade todos esses tipos de documentos. Isso porque: como se poderia afirmar que um determinado uso lingüístico era próprio de um texto particular, não-literário e escrito por mãos pouco hábeis sem contrapô-lo, respectivamente, a um texto público, literário e produzido por mãos hábeis? Sabe-se que a

tarefa de investigar todos esses documentos é monumental, mas ela se inicia nesse trabalho com o exame de duas cartas caracterizadas como *não-literárias* e de esfera particular. Duas cartas unidas nesses aspectos, mas separadas pelo fato de uma se tratar de um rascunho de redator hábil, ao passo que a outra é obra de um redator pouco hábil. Consideremos, passo a passo e à guisa de explicação metodológica, essas categorias ora apresentadas.

Dizer que essas cartas são classificadas como *não-literárias* implica reconhecê-las sem as preocupações de estilo que, diferentemente a cada época, configuram-se como a estética do ficcional. Em outras palavras, reconhecer nos textos estratégias de descrição, de narração, de seleção lexical e de figuração da linguagem diferentes daquelas usadas no cotidiano, daquelas não marcadas. Nesse sentido, como ainda permanece assistemática, por exemplo, a observação, para o século XIX, das marcas sintáticas que estilizam os folhetins, só se pode distinguir essa categoria textual como *literária* e as notícias veiculadas nos mesmos jornais oitocentistas como *não-literárias* em função do próprio rótulo aplicado pelos homens do século XIX. Em termos objetivos, assumimos que o folhetim é literário porque ele assim o era veiculado, porque assim ele circulava na sociedade, pois quando são observadas certas estratégias lingüísticas em cartas de leitores publicadas em jornais brasileiros coevos, nota-se haver muita semelhança entre elas e os textos chamados literários. Assim por exemplo, a investigação da anteposição de adjetivos em sintagmas nominais revela, aos nossos olhos do século XXI, que tanto as cartas, quanto os folhetins parecem estar com o mesmo excesso de anteposições, com a mesma estilização sintática.

Essa restrição em nossa categorização, na verdade, aponta para toda uma área de pesquisa à espera de recursos humanos: o avanço de uma *lingüística do corpus* que, na vertente de Douglas Biber (1995) pode, via o aparato computacional, identificar as dimensões textuais especificamente literárias e não-literárias a cada sincronia passada. No momento, para que não se caia no impressionismo, será considerado não-literário o texto que não circulava como tal no século dezenove.

Em relação à divisão filológica tradicional *documentos públicos* e *documentos privados* (Spina 1994), Barbosa (1999) já identificou um terceiro grupo: o da administração privada. Dessa forma, ao

menos no que se refere aos textos não-literários da fase ainda colonial da sociedade oitocentista, deve-se operar com três macro-categorias textuais: a dos escritos da administração pública, os da administração privada e os de circulação particular. Esta última definida não apenas no conteúdo na mensagem, ou na relação de proximidade entre remetente e destinatário, mas pelo fato de não haver circulação nas esferas administrativas. Não há, assim qualquer intervenção de qualquer pessoa pública ou de responsável por atividade coletiva. Por exemplo, se uma carta entre um padre e um sargento de Belém do Pará – ainda que amigos – circulou com rótulo oficial entre a *mesa de ordens* e a *guarda local* é tratada como oficial porque o contexto de escritura entre esses amigos pode forçar-lhes certas opções de uso dentro de suas molduras textuais para textos sob vigília, sob observação externa. Da mesma forma que os escritos trocados por comerciantes ou por religiosos, escritos esses que circulavam apenas entre os pares das empresas de comércio ou da ordem beneditina, não sofriam a mesma pressão de formalidade que os escritos oficiais ou particulares. De fato, definir o que seria formal ou informal a cada época é tarefa inglória. Não se pode assumir que um texto particular entre pai e filho fosse menor formal que um entre mercadores, pois naquela sociedade patriarcal, por vezes, há maior formalidade entre pai e filho que entre sócios. Contudo, de acordo com o demonstrado em Barbosa (1999) entre as três macro-categorias, pode-se assumir que as diferenças de circulação externa implicaram diferenças em aspectos grafemáticos e lingüísticos. Este trabalho, portanto, avança na investigação das marcas grafemáticas em textos particulares visando à construção de uma adequação e aprimoramento da proposta tipológica textual para a realidade brasileira do século XIX.

A distinção entre redatores com total proficiência na escrita alfabética e aqueles em grau menor de habilidade nessa técnica de escrita foi bem categorizada por Marquilhas (2000) na expressão metonímica “mãos inábeis”, ou seja, pessoas que se encontram em um primeiro estágio de letramento, apresentando não só dificuldades de pautamento, de manutenção do *cursus* na escrita, de representação de sílabas complexas (como aquelas com /r/ em *coda* ou em ataque ramificado – ao invés de escreverem <turcos>, escrevem <trucos>, por exemplo, sem que esta segunda forma corresponda a sua pronúncia)

mas revelando, principalmente uma escrita ainda fonética. Barbosa (1999) demonstra que os redatores de cartas comerciais não se enquadravam nem nessa categoria *mãos inábeis*, tampouco na de, mantendo a forma da expressão, *mãos hábeis*. De fato, eram redatores intermediários, verdadeiras *mãos pouco hábeis*, pois oscilam entre uma escrita ora mais fonética, ora observadora dos caracteres etimologizantes daquela fase da ortografia portuguesa. Num mesmo texto, por exemplo, o redator escreve <ispera> e <prompto> no lugar de <espera> e <pronto>, sendo que em proporção esmagadora para os casos de escrita fonética. Em geral, o documento produzido por um indivíduo mais hábil revela sua escolaridade e cultura superiores, ao passo que os de mãos pouco hábeis denotam um escrevente com menor escolaridade e cultura; deve-se dizer, contudo, que o que não era via de regra. Um indivíduo poderia estar inserido em todos os meios de atividades culturais ditas eruditas em sua época mas não dominar com eficiência a técnica de escrita. Em outras palavras, era possível a uma mulher não dominar bem a escrita apesar de acompanhar rodas de leituras caseiras tanto dos clássicos portugueses quanto dos folhetins tupiniquins; era possível que essa mesma pessoa também frequentasse as temporadas teatrais da cidade e lesse os panfletos políticos que proliferaram ao longo do século XIX. O fato central a ser considerado, contudo, não é ajustar nossas expectativas sociais contemporâneas ao século XIX, mas sim revelar que tem sido verificada uma maior chance de se encontrarem variantes lingüísticas que reflitam diferenças sociais nos materiais de mãos pouco hábeis reunidos pelo PHPH-RJ e pelos demais projetos de investigação diacrônica da língua portuguesa referidos em Castilho (2000). Identificar, portanto, um conjunto de cartas pessoais escritas ou por mãos pouco hábeis, ou por mãos hábeis em etapa de elaboração (como é o caso de um rascunho) é condição básica para a construção de uma sociolingüística histórica do português brasileiro.

A oposição texto como *produto final* e texto ainda em uma *etapa inicial/intermediária* de criação denota, respectivamente, um documento já redigido em sua última versão antes de ser enviado ao seu destinatário, ou seja, trata-se de um texto geralmente, no que se refere aos aspectos formais, já acabado, sem rasuras ou “remendos”, com seu destinatário expresso, corrigido, assinado e datado; com relação aos aspectos lingüísticos, o escrevente nessa produção final, já

corrigiu seus erros segundo o alcance de seus conhecimentos de redator ou, às vezes, com o auxílio de um especialista. O texto em etapas inicial/intermediária implica um produto ainda não acabado e que, por esse motivo, revela os primeiros “impulsos” da escrita.

Tais etapas iniciais revelam aspectos formais da composição (pautamento, *cursus*, etc) e lingüísticos exatamente por representarem um passo inicial em que o redator deixa transparecer características de sua escrita particular. Ele estaria mais preocupado com a transposição de suas idéias e, além disso, conta com um segundo momento para adequar as características formais e gráficas de seu texto aos padrões de sua época. Na primeira etapa, não é o produto final que norteia todas as ações do redator mas sim, o objetivo da correspondência.

Existem, de fato, duas maneiras de identificação das características formais e gráficas. A primeira seria sua correção efetiva, explicitada no que vem riscado de próprio punho. A segunda é fruto de um contraste feito entre o rascunho e a versão final de um mesmo documento. Nos documentos selecionados foram esses procedimentos que permitiram a categorização das duas fontes porque nos interessam registrar quais eram as regularidades reveladoras de traços da oralidade na escrita dos autores, bem como avaliar, em suas correções que elementos eram índices de uma norma culta objetiva. Note-se que, assim, estamos focalizando não o que estava prescrito nos manuais ortográficos da época, e sim o que era praticado na época.

O CORPUS

Para obter dados sobre a relação entre as características gráficas e os aspectos culturais do século XIX, esse estudo utiliza duas cartas: 1) A primeira é um rascunho, não literário, escrito por mãos hábeis. Na verdade, trata-se de dois rascunhos de duas correspondências, enviadas ao senhor reverendo beneficiado Henrique Antonio João de Souza nos meses de maio de 1814 e 1815. Quanto ao remetente desses rascunhos, trata-se do senhor José da Costa e Silva, um arquiteto português que ostentava o cargo de *arquiteto geral das obras reais*. Tal senhor chegou ao Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, em agosto de 1812 e, recebeu, no período que esteve no Brasil, muitas cartas das cidades de Lisboa, Vila Viçosa, Vila Rica,

do estado da Bahia, e das instituições: Casa da Intendência das Obras Públicas e da Secretaria do Estado. Enfim, textos que circulavam entre dois representantes da norma culta da época.

Quanto ao segundo documento, trata-se de uma carta redigida por Mariana Antonia Ignacia da Silva e dirigida a Martim Francisco de Andrade Machado e Silva. Sobre a remetente não foi encontrado nenhum registro, entretanto, a partir da análise do documento e de nossos critérios de tratamento dos objetos, a classificamos como carta, escrita por uma pessoa com pouca habilidade na escrita alfabética. Conseguimos, portanto, apresentar materiais em oposição cultural por meio de marcas objetivas e não por nossa intuição contemporânea.

O TRATAMENTO DO OBJETO INVESTIGADO

A transcrição que propomos segue a de nosso projeto nacional. Indicam-se quase todas as intervenções dos editores com colchetes. Assim:

- 1) A transcrição é de caráter conservador. Foram mantidas todas as variantes gráficas conforme o original, merecendo comentário em nota casos especiais como aqueles que podem indicar traços da oralidade.
- 2) A repetição de uma letra/sílaba será indicada através da utilização de dois colchetes, por exemplo: `dirigi[[gi]]ram` (o fato da sílaba “gi” estar entre dois colchetes significa que no original tal sílaba foi escrita duas vezes).
- 3) As situações de letra ilegível, papel corroído ou furado serão mencionadas dentro de colchetes para indicar que uma dessas situações ocorreu naquela altura do texto;
- 4) As letras/sílabas ou vocábulos cuja escrita dê margem a dúvidas, no momento da transcrição, são indicadas, na edição, entre colchetes e na fonte itálico;
- 5) O uso de uma barra denota que, naquele ponto, ocorre uma mudança de linha;

- 6) O uso da fonte tachado, tipo de letra que insere um risco sob algumas letras/sílabas/trechos, conforme for o caso, significa que ocorreu, no segmento destacado, através dessa fonte, a inserção de um risco, no original do documento, realizado pelo redator. Por exemplo: mencionou.
- 7) O símbolo [↑] indica que vem após a “seta para cima”, ainda dentro do colchete, um “remendo” ou uma inclusão realizado pelo próprio redator.

A descrição detalhada do método de transcrição, utilizado por nosso projeto, salienta, mais uma vez, a nossa preocupação com a fiabilidade das nossas edições para com os manuscritos, a qual objetiva não “desperdiçar” nenhum dado seja formal, ou lingüístico.

Ao estudarmos detalhadamente a correspondência de José da Costa e Silva, catalogada nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro como *carta*, percebemos que melhor seria considerá-la numa categoria à parte, a de rascunho, exatamente porque nessa tipologia os mais diversos tipos de textos acabam revelando-se mais transparentes às variações lingüísticas. A primeira característica que nos suscitou tal divergência quanto à denominação *carta* foi o fato de o documento não apresentar finalização, ou seja, na leitura da “carta” percebeu-se que o redator ainda não a tinha completado. A segunda característica que provocou questionamento quanto à nomenclatura foi a falta de continuidade textual no que se encontrava no verso do folio. Após verificação mais atenta, percebe-se ser o rascunho de uma outra “carta”. O autor aproveitou a mesma folha de rascunho para dois textos distintos em anos distintos. Outros traços que permitiram a definição *rascunho* foram os vários casos de rasuras e de “remendos” ocorridos nessas “cartas” e a falta de assinatura nos dois documentos e de destinatário no segundo rascunho¹.

Somam-se a essas características formais algumas outras as lingüísticas que também permitiram a classificação *rascunho*. Falamos da incidência (geralmente alta) de grafias que revelam marcas de oralidade em contraste com grafismos de época. Em outras palavras, trata-se da oposição entre: 1) índices grafo-fonéticos, por um

¹ Adotamos o critério cronológico para distinguir os dois documentos, isto é, o *primeiro rascunho* refere-se ao rascunho de 1814 e, o *segundo rascunho* ao de 1815.

lado, e 2) variações ortográficas etimologizantes e 3) Variações ortográficas livres, por outro.

Com relação à classificação do segundo documento, pode-se dizer que esse foi denominado *carta* por apresentar, em oposição aos rascunhos, e no que se refere aos aspectos formais, assinatura, destinatário, ausência de rasuras, início e finalização da carta. A outra denominação *mãos inábeis* pode ser justificada, primeiramente, por se tratar de um documento de autoria feminina. Não se deve esquecer que no século XIX o número de mulheres analfabetas ou com pouca capacitação no domínio da escrita era bem reduzido. Mesmo que não possamos igualar o fato do pouco letramento à falta de conhecimento de mundo ou vínculo aos meios de cultura, podemos reconhecer nesse fator contextual a indicação da falta da técnica de representação escrita mais fonológica. Além disso, não há pautamento, separação de sílabas, e abreviaturas conforme os padrões da época. Além desses aspectos formais, o que mais chamou a nossa atenção são as variações grafemáticas livres e as grafo-fonéticas encontradas nessa carta.

Entre os principais aspectos grafemáticos nos dois documentos estudados, destacam-se:

Índices grafo-fonéticos	Variações etimologizantes	Variações gráficas livres
otras	huma	sertamente
meos (2x)	anno (2x)	cincera
entereces	Mayo	perca
exprementei	commo	oniformarmos
cutella	officiaes	presso
conci dro	daquella	siente
premite	Deos	inportunações
oniformarmos	cutella	expedições
antão	he	dezejo
saria	huma	agradeso
tendosa (tendo-se)	hir	encarego
ade lembra	delle	serta
em justicias	he	em justicias
Bachou	hũ~ hú~hu'	pagua (3x)
decho		a de ver
des do dia		feles
feles (feliz)		pasada
perzizo		arematarão
opatrosino		decho
té (até)		sincoenta

cobra		Justisa
retarei (reterei)		oCauzians
porteção		cheguado
porteção		ade lembra
esprementado		cada ves
detrimina		viase
ocauzians		fes
demonstra		perzizo
		quado
		conela (com ela)

Como se pode observar, há uma quantidade significativa de variações gráficas. No entanto, um observador pode não distinguir casos distintos. O que é realmente significativo aqui é o número de marcas de oralidade, marcas essas pouco ou nada frequentes nos escritos oficiais. Mesmo no tocante aos simples grafismos daquele período de ortografia pseudo-etimológica, devemos distinguir grafemas motivados pelo valor da cultura de época em grafias etimologizantes daqueles outros grafemas em variação livre. A variação gráfica livre merecerá, numa etapa posterior, um estudo mais detalhado através de outros *corpora*, dessa mesma época, a fim de estabelecer o que, na verdade, pode ser classificado como variação grafo-fonética ou, ainda, uma variação etimologizante.

As ocorrências que aparecem, simultaneamente, na primeira e na terceira coluna, são assim localizadas por representarem índices grafo-fonéticos e variações gráficas livres, ainda que em letras/sílabas diferentes. Opondo o levantamento na *carta de mãos pouco hábeis* e o feito no *rascunho de mãos hábeis*, verificamos que a fonte carta de mãos pouco hábeis é mais propícia à variações grafo-fonéticas e ortográficas livres que a fonte rascunho mãos hábeis. Veja-se o quadro abaixo.

Aspectos grafemáticos			
	Índices grafo-fonéticos	Variações etimologizantes	Variações livres
carta mãos pouco hábeis	27	5	16
rascunho mãos hábeis	14	12	8

Por outro lado, o documento rascunho de mãos hábeis apresenta, em maiores quantidades, variações etimologizantes. Há evidência, portanto, de que tanto um redator menos capacitado culturalmente quanto aquele bem formado deixam transparecer os três ti-

pos de categorias grafemáticas. O que muda vem a ser o tipo e principalmente a distribuição das variantes.

Além desses três tipos mais freqüentes, podemos observar, numa perspectiva comparativa, como se separam as sílabas em final de linha e como se usam as abreviações nesses dois tipos de documento. No que se refere à carta de mãos pouco hábeis, percebeu-se que tal documento não utiliza os padrões vigentes na época, ou seja, Maria Antonia Ignacia da Silva apresenta padrões particulares do emprego de tais regras. Por outro lado, os usos de José da Costa e Silva encontram-se perfeitamente dentro do padrão geral daquele período, isto é, o que vigora na maioria das cartas daquela mesma época.

CONCLUSÃO

Os aspectos grafemáticos e de configuração formal aqui abordados indicam que o tipo de texto *mãos pouco hábeis* é mais propício a revelar aspectos da fala e de uma grafia proveniente de uma norma objetiva menos culta. Ainda confirmamos tal hipótese no fato de o texto *rascunho* de uma mão hábil apresentar, em maior número que o texto *carta*, variantes etimologizantes que refletem a norma subjetiva da época. Pode-se dizer, ainda que preliminarmente, que as fontes *rascunho de mãos hábeis* e *carta de mãos inábeis* representam um tipo de material "rico" em demonstrar padrões socialmente variados das normas objetivas oitocentistas.

A ampliação quantitativa e qualitativa do material de observação proporcionará novas descobertas a respeito dos aspectos grafemáticos e sua relação com aspectos culturais outros, como, por exemplo, maior ou menor incorporação de vocabulário regional, indígena ou africano. Tal ampliação contará também com outros tipos de materiais (cartas de mãos hábeis e novas de pouco hábeis, rascunhos, bilhetes, etc). Nesses futuros trabalhos, pretendemos, também, abordar não só os tipos de texto e os aspectos culturais, mas também o componente diatópico e o cronológico. Enfim, queremos deixar disponíveis à comunidade acadêmica materiais mais representativos para a história da nossa língua nacional.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, 484 fl. mimeo.

BARATA, C. E. de Almeida & BUENO, A. H. da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ibero Americana Comunicação e Cultura Ltda. 2000.

BIBER, Douglas. *Dimensions of register variation: a cross-linguistic comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASTILHO, Ataliba de. O estudo histórico do português brasileiro: a questão do *corpus* in: *Lingüística*. Publicação da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), 2000. Vol. 12, p. 299-307.

———. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, 2000.

MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista - do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC, 1991. (Série Lingüística, n. 14).

———. *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. 2ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

Fontes Manuscritas

Dois rascunhos de mãos hábeis: I- 3,29,45. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / Seção de manuscritos.

Carta de mãos hábeis: I -3,29,44. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro / Seção de manuscritos.